

A ORALIDADE NO JORNALISMO IMPRESSO: ESTILO E REGRAS DE REPRESENTAÇÃO PARA O DISCURSO CITADO

Sheila Vieira de Camargo Grillo
Universidade São Francisco*

Resumo: *A construção de representações da norma culta na imprensa brasileira será investigada, em um primeiro momento, no discurso doutrinário dos manuais de redação dos jornais Folha de S. Paulo, O Estado de S. Paulo e O Globo. Em seguida, serão examinadas as regras, presentes nos manuais, de tradução das declarações das fontes em discurso citado, para, enfim, verificar o procedimento de homogeneização lingüística em discursos citados de locutores de origens sócio-econômico- culturais diferentes.*

Palavras-chave: *Imprensa, discurso citado, variação lingüística.*

Abstract: *The construction of language representations in Brazilian press will be investigated, at first, in journals programmatic discourse from Folha de S. Paulo, O Estado de S. Paulo e O Globo textbooks. Next, reported speech rules will be analysed as filters for the sources speech. At last, it is observed the linguistic standardation in reported speech of the speakers from different socio-economic-cultural origins.*

Key-words: *Journalism, reported speech, linguistic variation.*

1. Introdução

A legitimação e a manutenção de um imaginário da variante padrão nas sociedades contemporâneas são asseguradas, entre outros, pelos veículos de comunicação de massa, dos quais se destacam os grandes jornais impressos brasileiros. Preti (1999) defende que a mídia em geral tem associado estruturas da fala espontânea a preceitos da gramática tradicional, resultando na norma da linguagem urbana comum contemporânea. Ainda segundo o autor, essa norma demonstra uma nova atitude de rejeição implícita ao caráter normativo inflexível da tradição gramatical e de aceitação do caráter normal do uso vigente. Se na esfera das práticas quotidianas de linguagem se revela essa nova atitude, o mesmo não ocorre no discurso doutrinário dos jornais impressos brasileiros como veremos a seguir.

Através da análise dos manuais de redação e da reprodução de declarações textuais extraídas de reportagens dos jornais *Folha de S. Paulo*, *O Estado de S. Paulo* e *O Globo*, discutem-se aqui os seguintes aspectos: o julgamento de caráter ético e estético sobre a língua nos manuais de redação dos jornais, a homogeneização lingüística em discursos diretos atribuídos a locutores de diferentes identidades sociais e a função retórica do discurso citado em gêneros do jornalismo impresso.

2. O discurso da defesa da língua

Os veículos de informação impressos regulam suas práticas de linguagem com a ajuda de manuais que passaram, a partir do início da década de oitenta e, em maior escala, do início da de noventa, a circular além do âmbito das redações dos jornais. Através da sua venda em livrarias e da doação a assinantes, esse material tem se tornado objeto de consulta para estudantes e profissionais envolvidos com a redação de textos, no que diz respeito, principalmente, às normas gramaticais escritas. Esses manuais interessam enquanto lugar de reprodução e de divulgação de uma imagem normativa da

língua portuguesa, por meio da fixação de um padrão. Nesse sentido, são reveladores os dois excertos abaixo, retirados, respectivamente, dos manuais de redação dos jornais *O Estado de S. Paulo* e *O Globo*:

O mau português freqüentemente mutila a informação e torna difícil entendê-la; e sempre ofende o senso estético de quem lê. (...)

O jornal é a única leitura habitual de milhões de cidadãos e, se a imprensa não tem a pretensão de ensinar o povo a falar e a escrever corretamente, tem pelo menos a obrigação de não deseducá-lo. (Garcia, 2000, p. 75-76)

Calcado na experiência e no profissionalismo de um dos mais importantes e tradicionais jornais do país, este 'Manual de Redação e Estilo' se apresenta como um orientador eficiente e prático para todos aqueles que querem aprender a escrever com correção gramatical e clareza. (Garcia, 2000, quarta capa)

A missão de Eduardo Martins tem de ser cumprida em tempos difíceis, diante do grande estrago causado em atividades que dependem da Língua Portuguesa pelo longo período de trevas em que o ensino no País foi tragado pela falência da máquina pública. Hoje, fala-se e escreve-se pior que em gerações passadas. E as redações brasileiras não são nenhum oásis nesse deserto. Mas, se padecem da mesma síndrome que ataca nos exames para o vestibular e nos textos de telenovelas, as redações podem e devem se converter em sólidas trincheiras de defesa do conhecimento da língua. O Manual é uma afiada arma nessa guerra. (Maranhão apud Martins, 1997, p. 6)

Os fragmentos foram selecionados como ilustrativos da manutenção de imagens dominantes da língua portuguesa. Esta é representada como um conjunto homogêneo e estável de formas no qual não há lugar para a variação, mas somente para desvios, vistos como corrupções que ameaçam a correção e a beleza da língua. Os processos sociais, políticos e históricos de fixação de um padrão culto da língua são ignorados em favor de uma concepção de língua original e pura. Com isso, os falantes tornam-se inimigos, porque mal preparados para o uso da sua própria língua materna. Sequer é mencionada a existência do padrão culto escrito, como o fazem muitas gramáticas normativas quando apresentam seus objetivos, uma vez que ele é visto como a única possibilidade de língua. Por meio de seus usos exemplares e de seus manuais, que se tornam instrumentos de ensino, os jornais assumem o lugar da escola e da gramática na missão de disseminar a verdadeira língua. Essa tarefa ganha conotações de batalha no manual de *O Estado de S. Paulo*, que vê os desvios como ameaças que precisam ser combatidas.

A concepção de um padrão único da língua portuguesa norteará, como veremos a seguir, o estabelecimento de normas para a tradução das declarações das fontes e a conseqüente homogeneização das formas da língua nos discursos diretos distribuídos nas diferentes rubricas e cadernos dos grandes jornais brasileiros.

3. Normas para as declarações textuais

A colocação em cena de discursos de envolvidos nos acontecimentos narrados, por meio do uso do discurso citado, é um recurso produtor de “um efeito de real” dos acontecimentos descritos pela imprensa. Em primeiro lugar, o discurso citado funciona como testemunha autenticadora do relato jornalístico, como podemos ver nos seguintes trechos dos verbetes **declarações textuais**:

O texto conta uma história e usa a personagem para lhe dar veracidade.

O leitor tenderá a confiar mais nas informações que lhe estão sendo transmitidas (não é só o repórter que está dizendo aquilo; outra pessoa está confirmando a informação). (Martins, 1992, p. 25)

Além de atestar as informações da imprensa, o discurso citado mostra as suas fontes e revela o quanto o jornal descreve os acontecimentos a partir dos discursos

daqueles que dele fizeram ou fazem parte. Essa participação nos acontecimentos se acompanha de um "declarar-se participante" que assume as diversas formas de discurso citado, o que constitui o processo de "fatualização", enquanto estratégia que identifica o relato jornalístico a um mundo de acontecimentos preexistentes à imprensa, ao expor fontes-testemunhas cuja "corporalidade" do discurso cria uma ponte com o acontecimento.

O discurso citado funciona como uma duplicação do real, uma vez que grande parte do noticiário político se constitui de declarações de autoridades políticas e não de relatos de testemunhas de fatos. Conforme Genette (1972, p. 189):

Se a "imitação" verbal de acontecimentos não-verbais só é uma utopia ou ilusão, o "relato de falas" pode parecer ao contrário a priori condenado a esta imitação absoluta que Sócrates demonstra a Crátilo que, se ela presidiu verdadeiramente à criação das palavras, ela faria da linguagem uma reduplicação do mundo: tudo seria duplo, sem que se pudesse distinguir onde está o objeto em si e onde está o nome.

Obviamente esse "efeito de transparência" do discurso citado é largamente empregado pela imprensa, constituindo o seu papel de transmissora do real. Como o discurso citado assume diversas formas desde a narração das falas até o discurso direto, é neste último que o efeito reduplicador do mundo tem seu modelo de execução. Esta forma, em sua definição, pretende dar a ver o discurso do outro em sua integralidade, porém vejamos o que dizem os manuais a respeito:

Na reprodução de declaração textual, seja fiel ao que foi dito, mas, se não for de relevância jornalística, elimine repetições de palavras ou expressões da linguagem oral: um, é, ah, né, tá, sabe? entende? viu? Para facilitar a leitura, pode-se suprimir trecho ou alterar a ordem do que foi dito - desde que respeitado o conteúdo. (FSP, 1992, p. 67)

6 - Embora as declarações entre aspas devam transcrever com fidelidade as palavras do entrevistado, adapte o texto às normas gramaticais, acerte as concordâncias, elimine as repetições muito freqüentes e contorne os vícios de linguagem. A menos, claro, que haja alguma razão para se manter literalmente o texto. (Martins, 1992, p. 26)

O jornal não pode reproduzir passivamente erros de português e agressões evidentes à lógica ou aos fatos. Quando alguém fala errado, deve-se corrigir no texto, exceto se houver motivo para manter o erro - e então é sempre preciso apontá-lo ao leitor. (Garcia, 2000, p. 41)

Esses trechos revelam dois aspectos do discurso direto na prática jornalística: o seu uso retórico e o papel normativo da língua da imprensa. No primeiro caso, o uso do discurso direto na imprensa aproxima-se da figura retórica do "pseudodiscurso direto" que visa aumentar o sentimento de presença, atribuindo ficticiamente palavras a uma pessoa. Na imprensa, essa presença tem por finalidade persuadir da fidelidade do texto jornalístico aos discursos e fatos por ele veiculados. No segundo caso, em consonância com a preocupação normativa, o manual prescreve normas de "tradução" do discurso citado em que não há lugar para as expressões da oralidade. A gramática normativa sempre tomou como base de descrição os textos de grandes escritores da literatura, não se colocando como objeto a língua falada. Portanto, as "declarações textuais" na imprensa são adaptadas ao padrão escrito e às regras da norma culta.

Esse fato entra em contradição com o caráter da declaração textual que se propõe a tratar o discurso outro como um objeto intocável e viola o acordo com o leitor de reprodução integral das declarações entre aspas¹. Essa violação conta, porém, com a visão corrente da igualdade entre oralidade e escrita pelos leitores escolarizados do jornal, ou seja, o leitor vê a sua escrita como espelho da sua fala e, portanto, a tradução efetuada pelo jornal está em consonância com a concepção de fala dos leitores.

A noção de discurso direto enquanto *mimesis* da expressão e do conteúdo do discurso outro já revela uma visão da escrita enquanto capaz de reproduzir todos os

elementos de um ato de enunciação. Na verdade, a reprodução das palavras do discurso outro é, na maioria das vezes, encarada como a totalidade do ato de enunciação que fica reduzido aos seus elementos verbais. Além disso, o caráter mimético do discurso direto na imprensa é limitado pela conduta normativa da prática jornalística que se coloca como instância defensora da correção gramatical do idioma.

4. Presença do discurso direto nos textos do jornalismo impresso

A imagem da língua e as regras de tradução das declarações das fontes presentes nos manuais de redação dos jornais constituem-se em um filtro para a reprodução do discurso alheio nos textos do jornalismo impresso. Um fator de natureza extralingüística, como a identidade social do emissor, é neutralizado em razão da esfera de circulação da linguagem – o jornalismo impresso – e do gênero jornalístico no qual aparece. Com isso, as variações lingüísticas de ordem social e geográfica são homogeneizadas.

Essas coerções da prática jornalística impressa redefinem as diferenças entre duas formas de discurso citado: o discurso indireto e o direto. Authier-Revuz (1992) caracteriza o discurso indireto como uma operação de “reformulação-tradução” do discurso outro. Já no discurso direto, o narrador simula ceder literalmente a fala a seu personagem, reproduzindo-a em seu estilo e conteúdo “originais”. Authier-Revuz (1992) caracteriza o discurso direto como uma operação de “citação-exposição” do discurso outro. Para Maingueneau (1998), a escolha do discurso direto está ligada ao gênero do discurso e desempenha três funções: mostrar autenticidade através da citação das próprias palavras, colocar-se à distância e mostrar-se objetivo, sério.

As definições do discurso direto são incompatíveis com a atividade de reprodução do discurso das fontes nos textos jornalísticos. Esse fato leva à conclusão de que o discurso citado tem uma função retórica de produção de efeitos de real e de fidelidade na imprensa, sendo que nenhuma de suas formas corresponde à definição de discurso direto. A atividade regular de tradução e filtragem dos discursos das fontes na imprensa mostra que o discurso indireto é a sua real expressão.

Os excertos a seguir, retirados dos jornais *O Globo* e *O Estado de S. Paulo*, foram selecionados em função da identidade social do emissor. Para cada um dos dois jornais, foram selecionados: um discurso direto atribuído a um cidadão de condição social humilde e outro de uma figura pública com nível universitário.

Uma moradora do Morro da Coroa, que não quis se identificar, contou que sua casa costuma ser alvo dos traficantes. Ontem, na hora do tiroteio, ela procurou abrigo num posto da PM:

- Só na minha sala já **contei** mais de 15 **perfurações** de balas nas paredes. **Há** pelo menos um mês que toda a família dorme no corredor. É o lugar mais seguro da casa – contou. (“Túnel fechado, tiroteio na rua e quatro feridos”, *O Globo*, 29/05/2002, p. 10)

O professor do Instituto Brasileiro de Mercados de Capitais (Ibmec), Eduardo Gianetti da Fonseca, disse que o baixo crescimento da economia brasileira faz a taxa de desemprego aumentar. Ele defendeu “medidas corajosas” para melhorar a situação.

- A longo prazo, **teremos** de encontrar soluções **para o** baixo crescimento dos últimos oito anos, que sucedeu o pequeno desempenho dos anos 80. A estabilidade não é suficiente **para** garantir a retomada do crescimento – disse Fonseca. (“Brasil: segundo em desempregados do mundo”, *Economia, O Globo*, 29/05/2002, p. 27)

*Até brigar com o namorado, a adolescente Roberta Thaís dos Santos Milliet tomava anticoncepcional. “**Engravidei** com 14 anos, em uma recaída. **Sabia** que podia acontecer, mas não **pensei** em nada”, diz ela, que é mãe de Laura Carolina, de 1 ano. “Mas **fiquei** feliz por poder **lhe** dar um filho.” (“Censo 2000: aumenta gravidez na adolescência”, *Cidades, O Estado de S. Paulo*, 26/05/2002, p. C1)*

Estado – Mas o governo sempre disse isso e o PT sempre discordou...

*Mercadante – Ai é uma questão de prioridade. **Acho** o salário mínimo um instrumento fundamental de distribuição de renda, **para** criar um mercado de consumo de massas. Mas, quando eu disser que **quero** chegar a tanto, **tenho** de dizer como. Tinha de ser obrigatório cada candidato apresentar um projeto de Orçamento para o País, com parâmetros macroeconômicos comuns, receita e despesa têm de fechar. (“O Brasil mudou para melhor, diz Mercadante”, Nacional, *O Estado de S. Paulo*, 26/05/2002, p. A6)*

As características formais dessas declarações revelam que os ajustes operados pelo jornal vão além da correção de desvios da norma culta oral. Os discursos citados contidos nesses excertos são destituídos das marcas da oralidade em favor do padrão culto escrito. São evidências, entre outras, para essas afirmações: a ocorrência do sujeito nulo em formas de primeira pessoa do singular e do plural (*contei, teremos, engravidei, sabia, pensei, fiquei, acho, tenho, quero*) para as duas categorias de emissores; a escolha do item lexical *perfurações* e o uso do verbo *haver* para indicar tempo passado no discurso da moradora da favela; o emprego do clítico *lhe* na declaração da adolescente grávida; o uso não reduzido da preposição *para* na entrevista do professor e do político. Com isso, as variações lingüísticas ocasionadas pela identidade social do emissor e pela modalidade oral são eliminadas.

Há gêneros da/na imprensa, porém, em que as marcas da oralidade são (re)produzidas como é o caso da publicidade, exemplificada no texto a seguir:

Gisele Bündchen apresenta “Se você está procurando uma moda legal, tá aqui, tá no seu país, tá na C&A. Uma coleção maravilhosa. Tô adorando! É moderno, é novo, nota 100. Tô levando a coleção embora pra casa. O preço é o menorzinho. Em moda no Brasil não tem pra ninguém: C&A” (Folha de S. Paulo, 18/03/2001, A10-11)

As variações lingüísticas de oralidade, da identidade social e da faixa etária da locutora estão simuladas no discurso direto, delimitado pelas aspas. O emprego de palavras abreviadas (*tô, tá*), de repetições de estruturas sintáticas (*tá aqui, tá no seu país*), de expressões coloquiais do universo jovem (*legal, nota 100, não tem pra ninguém*), do diminutivo de intensidade (*O preço é o menorzinho*) e mesmo de elipses (*Em moda* em vez de *Em matéria de moda*) criam ao mesmo tempo um efeito de autenticidade – é como se a publicidade transcrevesse as próprias palavras da modelo – e de descontração, por meio de uma linguagem característica do público jovem ao qual o texto provavelmente se dirige e se harmoniza com o estilo casual das roupas da loja.

5. Conclusões

A análise dos manuais de redação e da presença do discurso citado em alguns gêneros jornalísticos aponta para as seguintes conclusões: primeiro, a imprensa opera na reprodução do senso comum de que existe uma língua homogênea à disposição de todos, adquirida em função das condições sociais e das capacidades individuais diversas; segundo, as regras de tradução dos discursos das fontes evidenciam que o discurso indireto é única forma real de discurso citado na imprensa; terceiro, as variações lingüísticas são neutralizadas nos discursos diretos presentes em reportagens das rubricas de política, economia e cidades/quotidiano nos jornais, em benefício de um padrão culto escrito; e, quarto, o anúncio publicitário da imprensa é um gênero que abre espaço para (re)produção de variações lingüísticas, mobilizadas retoricamente, a fim de criar efeitos de autenticidade e de humor pertinentes para a sua finalidade comercial.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALKMIM, T. Sociolinguística. In: MUSSALIM, F.; BENTES, A.C.(Org.) *Introdução à linguística 1: domínios e fronteiras*. São Paulo: Cortez, 2001. p.21-47.

AUTHIER-REVUZ, J. Repères dans le champ du discours rapporté. *L'information grammaticale*, Université de Paris III, n. 55, p. 38-42, oct. 1992.

GARCIA, Luiz (Org.) *Manual de redação e estilo*. 27. ed. São Paulo: Globo, 2000.

GENETTE, G. *Figures III*. Paris: Seuil, 1972.

GNERRE, Maurizio. *Linguagem, escrita e poder*. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1991.

GRANJA, L.; GRILLO, S.V.C. *Linguagem: trabalho e construção*. São Paulo: Pueri Domus, 2001.

MAINGUENEAU, Dominique. *Analyser les textes de communication*. Paris : Dunod, 1998.

MANUAL DA REDAÇÃO: Folha de São Paulo. São Paulo: Publifolha, 2001.

MARTINS FILHO, Eduardo Lopes. *Manual de redação e estilo O Estado de São Paulo*. 3. ed., São Paulo: O Estado de S. Paulo, 1997.

PRETI, D. A propósito do conceito de discurso urbano oral culto: a língua e as transformações sociais. In: PRETI, Dino (Org.) *O discurso oral culto*. 2 ed. São Paulo: Humanitas/FFLCH/USP, 1999. p. 21-34.

REY-DEBOVE, J. *Le métalangage: étude linguistique du discours sur le langage*. Paris: Le Robert, 1978.

* Doutora em Linguística pela Universidade de São Paulo e Professora na Universidade São Francisco.

¹ Corroborando essa contradição está a definição de Rey-Debove (1978, p. 211) de discurso direto: “as falas relatadas em estilo direto são exatamente relatadas: não somente não se submetem a nenhuma modificação em seus termos e ordem de termos, mas além do mais, elas devem, em princípio, ser-lhes um ícone integral, aqui implica pelo menos, para a reprodução oral, a entonação, e para a reprodução escrita as marcas suprasegmentais, pontuação, letras maiúsculas, tipografia, etc, quando elas podem ser pertinentes para o sentido”.